



Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - Planpavel

Relatório devolutivo Consulta Pública

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente
Coordenação do Grupo de Trabalho Intersecretarial (Portaria SGM 192/2019)

Novembro 2020

Sumário

Resumo Executivo	3
Introdução	4
Linha do tempo - principais marcos no processo de elaboração do Planpavel	6
Contribuições recebidas na consulta pública e devolutiva	7
1.Eixo Áreas Protegidas	8
Contribuições e propostas recebidas	
Devolutiva	
2.Eixo Áreas Verdes	13
Contribuições e propostas recebidas	
Devolutiva	
3.Eixo Espaços Livres	22
Contribuições e propostas recebidas	
Devolutiva	
4.Eixos Transversais	26
Contribuições e propostas recebidas	
Devolutiva	
5.Mapa Colaborativo	28
Propostas apresentadas	
Devolutiva	
Anexos:	
Anexo 1- Objetivos e diretrizes e ações disponibilizados na consulta pública	32
Anexo 2- Glossário e lista de abreviaturas e siglas	50

Resumo Executivo

O Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres-Planpavel constitui um dos instrumentos de planejamento e gestão do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres estabelecido pelo Plano Diretor Estratégico-PDE (Lei 16.050/2014). Este Plano integra o Programa de Metas 2019-201-2020 *Objetivo Estratégico 30 – Dar sustentabilidade ambiental à cidade - Iniciativa 30.m*.

Conforme estabelece o Plano Diretor Estratégico, com referência ao princípio da gestão democrática da cidade, a elaboração dos planos setoriais deve ser realizada mediante processo permanente, descentralizado e participativo de planejamento, controle e avaliação. A participação dos munícipes em todo processo de planejamento e gestão da cidade deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público.

Como parte do processo participativo para formulação do Planpavel, foi realizada consulta pública, no período entre 28 de setembro e 18 de outubro de 2020, pela plataforma “Participe +” e pela plataforma da SVMA GeoAmbiental que disponibilizou um Mapa Colaborativo para o registro das propostas de criação e requalificação de parques, praças, e outros tipos de áreas verdes. Foi submetido à consulta pública, um conjunto de 190 ações, vinculadas a 15 objetivos específicos e 40 diretrizes, estruturadas em três eixos temáticos, Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e dois eixos transversais, Serviços Ecossistêmicos e Governança e Gestão.

Foram recebidas 1.602 contribuições, entre propostas de manter, revisar ou excluir as ações submetidas à consulta pública.

As ações propostas para o Eixo Áreas Protegidas receberam 360 contribuições, das quais 74,7% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 23,6% das manifestações indicaram a necessidade de revisar o texto e 1,7% do total das manifestações solicitaram a exclusão da ação. Note-se que das 34 ações propostas, apenas cinco tiveram indicação de exclusão. Com base nas contribuições e sugestões apresentadas, foram revisadas 14 ações e uma diretriz, e excluída uma ação.

As ações propostas para o Eixo Áreas Verdes receberam 898 contribuições, das quais 83% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 16% indicando a necessidade de revisar o texto e 1% solicitando a exclusão da ação. Note-se que das 110 ações propostas, apenas nove tiveram indicação de exclusão. Com base nas contribuições e sugestões apresentadas foram revisadas 26 ações, criada uma nova ação e excluída uma ação.

As ações propostas para o Eixo Espaços Livres receberam 227 contribuições, das quais 82% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 18% indicando a necessidade de revisar o texto. Não houve proposta de exclusão de nenhuma ação. Com base nas contribuições e sugestões apresentadas foram revisadas seis ações, nenhuma ação foi excluída ou criada.

As ações propostas para os Eixos Transversais receberam 117 contribuições, das quais 87,2% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 12,8% indicando a necessidade de revisar o texto. Não houve proposta de exclusão de nenhuma ação, duas ações foram revisadas.

O Mapa Colaborativo recebeu 79 propostas, das quais 35 referentes à criação, ampliação e requalificação de parques, 17 propostas referentes a praças e 27 propostas tratam de outras sugestões, como a criação de Área de Proteção Ambiental (APA), de corredores ecológicos, de conexão e requalificação de áreas verdes e canteiros centrais e criação de jardins de chuva.

Introdução

Este relatório tem a finalidade de apresentar uma resposta devolutiva para as contribuições e propostas recebidas na consulta pública do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres-Planpavel, realizada no período de 28 de setembro a 18 de outubro de 2020, pela plataforma “Participe +” e pela plataforma da SVMA GeoAmbiental, que disponibilizou mapa colaborativo do plano.

O Planpavel constitui um dos instrumentos de planejamento e gestão do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres estabelecido pelo Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014), cujo objetivo primordial é definir uma política de gestão e provisão de áreas verdes e de proteção do patrimônio ambiental do município de São Paulo. O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres abarca todo o conjunto de áreas enquadradas nas diversas categorias de áreas protegidas pela legislação ambiental, terras indígenas, áreas prestadoras de serviços ambientais, as diversas tipologias de parques e áreas verdes, logradouros públicos, espaços vegetados e espaços não ocupados por edificação coberta, de propriedade pública ou particular.

Este Plano integra o Programa de Metas 2019-201-2020 *Objetivo Estratégico 30 – Dar sustentabilidade ambiental à cidade - Iniciativa 30.m.*

Os princípios que fundamentam o Planpavel estão em consonância com os compromissos estabelecidos na chamada Nova Agenda Urbana, que preconiza uma cidade inclusiva, segura, saudável, acessível, resiliente e sustentável, e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. São premissas do Planpavel o enfrentamento das mudanças climáticas, a abordagem dos serviços ecossistêmicos como ferramenta de planejamento e tomada de decisão e o quadro de desigualdade da distribuição e da qualidade das áreas verdes públicas e de vulnerabilidade social.

Para elaborar o Planpavel foi criado o Grupo de Trabalho Intersecretarial pela Portaria SGM 192/2019, coordenado pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente-SVMA da Prefeitura do Município de São Paulo-PMSP. Além disso, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo-IEE/USP e a SVMA/PMSP, visando efetivar um intercâmbio de conhecimento, informações e experiências entre o poder público municipal e a academia para subsidiar a elaboração do Planpavel.

O processo de elaboração do Planpavel teve uma abordagem participativa, tendo sido realizadas cinco Oficinas Técnicas Macrorregionais com as subprefeituras e secretarias municipais, que tiveram por objetivo identificar áreas para criação e/ou ampliação de parques, praças ou outras tipologias de áreas verdes, espaços livres públicos a serem requalificados e seis Oficinas Participativas Macrorregionais, que tiveram por objetivo conhecer a opinião da população sobre a situação atual dos principais componentes que integram o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, bem como sua visão de futuro, considerando um horizonte de dez anos. Como parte do processo participativo foi constituída, ainda, uma Comissão Especial de Acompanhamento e Contribuição do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –CADES. Também foram realizadas pesquisas de opinião sobre os parques municipais, respondidas por 3.071 frequentadores, por 56 membros de conselhos gestores dos parques e por 55 administradores.

Com base em informações e dados, envolvendo aspectos da legislação, gestão, projetos correlatos aos componentes do sistema, entre outros, foi elaborado um diagnóstico da situação atual que serviu de subsídio para a formulação de uma proposta com um conjunto de objetivos, diretrizes e ações, estruturados em três eixos temáticos, Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, e dois eixos transversais, Serviços Ecossistêmicos e Governança e Gestão. Essa proposta foi submetida a avaliação dos membros GTI PLANPAVEL e de representantes dos seguintes órgãos municipais: AMLURB, CET, SEHAB, SEME, SFMSP, SIURB, SMC, SMDDET, SMDU, SME, SGM, SMS, SMSU, SMSUB, SMT e SP Urbanismo. Para cada ação foram propostos os respectivos indicadores de execução e monitoramento.

Também foram identificados os órgãos municipais responsáveis pela realização das ações, que deverão ser empreendidas no curto, médio e longo prazo nos próximos 10 anos.

Eixos Temáticos	
Objetivos	
Áreas Protegidas	<ul style="list-style-type: none"> · Minimizar os impactos da urbanização sobre as Áreas Protegidas · Aprimorar a governança e gestão das Áreas Protegidas · Maximizar os serviços ecossistêmicos das Áreas Protegidas
Áreas Verdes	<ul style="list-style-type: none"> · Aumentar a cobertura vegetal das áreas públicas e particulares · Reduzir a perda de cobertura vegetal nas áreas públicas e particulares · Ampliar e requalificar as áreas verdes públicas prioritariamente nos territórios densamente ocupados, carentes de cobertura vegetal e de áreas públicas de lazer · Maximizar os serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas verdes públicas e particulares · Aprimorar a governança e gestão das áreas verdes
Espaços Livres	<ul style="list-style-type: none"> · Requalificar espaços livres públicos · Assegurar a provisão e qualificação de espaços livres nos imóveis de propriedade particular · Requalificar os cursos d'água · Maximizar os serviços ecossistêmicos prestados pelos espaços livres públicos e particulares · Aprimorar a governança e gestão dos espaços livres públicos e particulares visando assegurar qualidade ambiental e urbanística
Eixos Transversais	
Objetivos	
Serviços Ecossistêmicos	<ul style="list-style-type: none"> · Maximizar os serviços ecossistêmicos prestados pelo Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
Governança e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> · Aprimorar a governança e gestão do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres

Como parte do processo participativo para formulação do Planpavel, foi realizada consulta pública, no período entre 28 de setembro e 18 de outubro de 2020. A consulta pública foi realizada por meio da plataforma “Participe +” e foi disponibilizado um Mapa Colaborativo para o registro das propostas de criação e requalificação de parques, praças, e outros tipos de áreas verdes, por meio de plataforma da SVMA GeoAmbiental.

Foi submetido à consulta pública, um conjunto de 190 ações, vinculadas a 15 objetivos específicos e 40 diretrizes, estruturadas em três eixos temáticos, Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e dois eixos transversais, Serviços Ecossistêmicos e Governança e Gestão (o **Anexo 1** apresenta o quadro com as ações que foram submetidas à consulta pública, associadas aos respectivos eixos temáticos e transversais, objetivos e diretrizes).

As ações foram apresentadas para serem avaliadas com indicação se deveriam ser mantidas, revisadas ou excluídas. Para a opção “revisar” solicitou-se que fosse registrado um comentário sobre os aspectos que a referida ação deveria ser revisada; para a opção “excluir”, o participante deveria apresentar uma justificativa para a exclusão da ação e para a opção “manter” não era necessário registrar nenhum comentário.

Linha do tempo - principais eventos do processo de elaboração do Planpavel

Anterior a 2018	Realização de oficinas para alinhamento da elaboração dos quatro "planos verdes": Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres/ <u>Planpavel</u> , Plano Municipal de Áreas Arborização Urbana/PMAU, Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais/PMSA, Plano Municipal da Mata Atlântica/PMMA
Novembro - 2018	Criação do GT SVMA para planejar e organizar as atividades para elaboração do <u>Planpavel</u> (Portaria 63/SVMA-G/2018) Elaboração do Plano de Trabalho Preliminar e do Documento Base.
Dezembro - 2018	Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SVMA e o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo-IEE/USP (Publicado no DOC em 27/12/2018).
Março - 2019	Oficina de Trabalho entre SVMA e IEE/USP para definição do instrumental de pesquisa para subsidiar o diagnóstico do plano. Criação da Comissão Especial de Acompanhamento e Contribuição do CADES (Resolução 196/CADES/2019 –D.O.C 22/03/2019, p. 30 e 26/03/2019, p. 32).
Abril - 2019	1ª. reunião da Comissão Especial de Acompanhamento e Contribuição do CADES.
Agosto - 2019	Criação do GT Intersecretarial (Portaria SGM 192 publicada no DOC em 06/08/2019), coordenado pela SVMA e composto por 31 membros. Oficina Técnica sobre Serviços Ecossistêmicos com IEE/USP, com objetivo de ampliar a compreensão sobre os SE fornecidos pelos parques, praças e outras áreas verdes no município e analisar seus respectivos indicadores relacionados a diferentes contextos urbanos.
Set/Out - 2019	Pesquisa sobre os parques municipais, respondida por 3.071 frequentadores, 56 membros de conselhos gestores dos parques e 56 administradores. Realização de 5 Oficinas Técnicas com Subprefeituras e Secretarias, por região do município, com um total de 112 participantes.
Novembro - 2019	Realização de 6 Oficinas Participativas, por região do município, com um total de 129 participantes. Apresentação do processo de elaboração do <u>Planpavel</u> no II Congresso de Áreas Verdes do Município de São Paulo.
Dezembro - 2019	2ª. Reunião da Comissão Especial de Acompanhamento e Contribuição do CADES.
Fev/Março - 2020	Definição de objetivos diretrizes e ações do <u>Planpavel</u> , proposta submetida à avaliação dos membros GTI/PLANPAVEL e de representantes de diversos órgãos municipais (AMLURB, CET, SEHAB, SEME, SFMSP, SIURB, SMC, SMDET, SMDU, SME, SGM, SMS, SMSU, SMSUB, SMT e SP URBANISMO).
Abr/Mai/Jun -2020	Consolidação dos objetivos diretrizes e ações do <u>Planpavel</u> , elaboração dos respectivos indicadores de execução e monitoramento e identificados os órgãos municipais responsáveis pela realização das ações que deverão ser empreendidas nos próximos dez anos.
Set/Out - 2020	Consulta pública para avaliação das ações propostas por meio da plataforma "Participe +" e Mapa Colaborativo para registro das propostas de criação e requalificação de parques, praças, e outros tipos de áreas verdes, por meio de plataforma da SVMA <u>GeoAmbiental</u> .

Contribuições recebidas na consulta pública e devolutiva

Esta seção resume os principais aspectos abordados nas contribuições recebidas para as ações relativas aos três eixos temáticos e dois eixos transversais do plano e propostas registradas no Mapa Colaborativo.

Os principais temas e questões das contribuições e propostas apresentadas e registradas no processo de consulta pública foram:

- avaliação de impactos e proposição de indicadores de monitoramento para atividades desenvolvidas nas áreas protegidas
- ampliação e fortalecimento dos mecanismos de participação pública
- fontes de recursos e novos investimentos
- metas de investimento para a implantação de novos parques
- fortalecer a participação dos CADES's regionais
- requalificação de APPs, cursos d'água e nascentes
- prioridade à implantação de parques lineares ao longo de com cursos de água
- concessão de incentivos tributários para preservação de áreas de relevante interesse ambiental
- fomentar a criação de hortas urbanas
- plena divulgação dos resultados de ações fiscalizatórias relativas à supressão ilegal de cobertura vegetal
- adotar Soluções Baseadas na Natureza
- implementar rotas seguras entre áreas verdes e espaços livres e equipamentos públicos
- papel educativo dos parques e praças.
- a proposição de criação, ampliação e requalificação de parques, praças e outros tipos de áreas verdes no mapa colaborativo

1. Eixo Áreas Protegidas

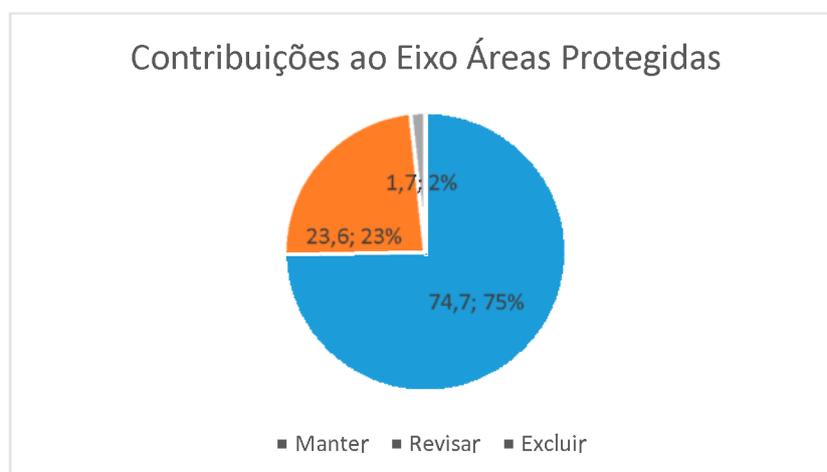
O PDE 2014 incorporou as Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, as Áreas de Preservação Permanente em imóveis públicos e privados e as terras indígenas, no âmbito do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres. A Lei Federal no. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define unidade de conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. O SNUC subdivide as UCs em dois grupos: as de Proteção Integral, que admitem apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e; as de Uso Sustentável, que compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais.

De acordo com Plano Municipal da Mata Atlântica¹, parte significativa do território do município de São Paulo (27%) é protegida por Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral e de Uso Sustentável da esfera de governo municipal, estadual e uma de Uso Sustentável federal, que englobam Parques Estaduais (PE) e Parques Naturais Municipais (PNM), Área de Proteção Ambiental Estaduais e Municipais (APA), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Além destas, foi recentemente criada uma UC municipal, o Refúgio de Vida Silvestre (RVS). A maior parte dos remanescentes está presente nos extremos norte, leste e principalmente, no sul do município.

Para o Eixo Áreas Protegidas, o Planpavel definiu três objetivos específicos (i) minimizar os impactos da urbanização sobre as Áreas Protegidas (ii) aprimorar a governança e gestão das Áreas Protegidas e (iii) maximizar os serviços ecossistêmicos das Áreas Protegidas, que fundamentam 10 diretrizes e 34 ações que deverão ser implementadas ao longo dos próximos dez anos por diversos órgãos da administração municipal.

Contribuições e propostas recebidas

As ações propostas para o Eixo Áreas Protegidas receberam 360 contribuições, das quais 74,7% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 23,6% das manifestações indicaram a necessidade de revisar o texto e 1,7% do total das manifestações solicitaram a exclusão da ação. Note-se que das 34 ações propostas, apenas cinco tiveram indicação de exclusão.



Entre

as

¹ SÃO PAULO (Município) *Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica*. Aprovado pela Resolução CADES 186/2017. São Paulo: SVMA, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA_final_8_jan%20ok.pdf

contribuições e propostas relativas ao Eixo Áreas Protegidas que indicaram a necessidade de revisão da ação, foram mencionados aspectos relativos ao detalhamento de indicadores necessários ao monitoramento dos potenciais impactos decorrentes do turismo nas UCs, também havendo indicações sobre a relevância de qualificar o turismo que se pretende desenvolver em Áreas Protegidas. Foram registradas propostas de detalhamento de planos e programas existentes ou que ainda deverão ser formulados.

Um aspecto bastante recorrente nas manifestações e propostas de revisão das ações refere-se à ampliação e fortalecimento dos mecanismos de participação pública. Da mesma forma, várias manifestações foram apresentadas no sentido de garantir a plena divulgação e publicização de informações e dados relativos à gestão das Áreas Protegidas. Finalmente, a alocação de recursos e disponibilidade de novos investimentos foi outro aspecto enfatizado nas manifestações apresentadas.

As manifestações registraram também a necessidade de as ações do Planpavel contemplarem questões que promovam o acesso seguro aos parques, praças e demais áreas verdes e espaços livres, entendidos como áreas de desenvolvimento de atividades pedagógicas que aliam objetivos educacionais e de promoção da saúde dos estudantes.

As manifestações solicitando exclusão de ações estavam referidas à proposição de um programa de voluntariado, a definição de fluxos e procedimentos específicos de gestão compartilhada de UCs, previsão de recursos para capacitação técnica e criação de parques temáticos nos geossítios.

Foram propostas duas novas ações voltadas às UCs, enfatizando temas como fiscalização, erradicação de espécies exóticas, fauna silvestre e conectividade das áreas com cobertura vegetal.

Devolutiva

As ações do Eixo Áreas Protegidas foram definidas visando alcançar os objetivos de minimizar eventuais impactos da urbanização, aprimorar a governança e gestão e maximizar os serviços ecossistêmicos prestados por essas áreas. Considerando as contribuições e sugestões apresentadas na consulta pública, foram feitas as seguintes alterações:

- 14 ações revisadas
- 1 diretriz revisada
- 1 ação excluída

Nessa revisão, foram consideradas as sugestões de nova redação, inclusão ou ampliação de conteúdo da ação. Note-se que algumas dessas propostas abordaram temáticas que foram contempladas no Eixo Áreas Verdes. O conteúdo central das propostas de novas ações foi incorporado a ações já definidas, quando pertinente à temática em foco. Assim, não foram criadas novas ações. A ação excluída se justifica por não ser viável a criação de uma dotação orçamentária específica de parques tombados.

Propostas ou sugestões muito genéricas, o que foi verificado especialmente em relação a ações relativas a investimentos, recursos e utilização de fundos, não foram absorvidas na revisão das ações. Propostas relativas à ampliação da participação pública, divulgação de informação, procedimentos de gestão foram direcionadas ao Eixo Transversal Governança e Gestão. Para as ações com sugestão de exclusão, a maioria das contribuições optou por mantê-las, e algumas por revisá-las, ficando claro que não havia necessidade de exclusão, mas sim de revisão.

As manifestações relativas a aspectos específicos sobre planos e programas, instituídos ou a serem formulados, não são pertinentes às ações do Planpavel, mas ao detalhamento desses planos e programas, como no caso dos planos voltados ao turismo sustentável. É importante mencionar que desde janeiro de 2020, a SVMA abriu os parques naturais do município à visitação pública e esta orientação foi considerada na proposição das ações para o Eixo Áreas Protegidas, buscando garantir o equilíbrio entre a necessidade de preservação dessas áreas e de fomentar o desenvolvimento sustentável local.

Ações revisadas considerando as contribuições apresentadas na consulta pública

Eixo áreas Protegidas

Objetivo Minimizar os impactos da urbanização sobre as Áreas Protegidas	
Diretriz Minimizar os impactos da urbanização sobre as Áreas Protegidas	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Elaborar o Plano do Polo de Ecoturismo da Cantareira com ênfase no potencial das Áreas Protegidas para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento da local.	Elaborar o Plano do Polo de Ecoturismo da Cantareira, de forma participativa, com ênfase no potencial das Áreas Protegidas para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento da local.
Desenvolver estudo para promover o turismo como instrumento de valorização e conservação dos geossítios e geração de renda local.	Desenvolver estudo para promover o turismo sustentável como instrumento de valorização e conservação dos geossítios e geração de renda local, considerando as peculiaridades locais e regionais e contemplando, no mínimo, aspectos socioeconômicos e culturais, situações de vulnerabilidade social, organizações da sociedade civil atuantes no território.
Elaborar e implementar Plano de Turismo nos geossítios visando a sua valorização, conservação e geração de renda local.	Elaborar e implementar plano de turismo sustentável nos geossítios, de forma participativa, visando sua valorização e conservação, respeitando as culturas locais e priorizando a economia solidária como estratégia de geração de renda local.
Objetivo Minimizar os impactos da urbanização sobre as Áreas Protegidas	
Diretriz Fomentar o uso das Áreas Protegidas como espaços de lazer, recreação, educação ambiental e ciência cidadã	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Definir e estabelecer legalmente os critérios para avaliar o impacto sobre a biodiversidade resultante da visitação pública nos Parques Naturais Municipais.	Definir e estabelecer legalmente os critérios para avaliar o impacto sobre a biodiversidade resultante da visitação pública nos Parques Naturais Municipais, contemplando entre outros aspectos, a elaboração e divulgação de relatórios anuais.
Implementar o Programa de Monitoria e Educação Ambiental-PEMA priorizando formação de monitores ambientais para atuação nas Unidades de Conservação (UC) municipais.	Implementar o Programa de Monitoria e Educação Ambiental-PEMA priorizando formação de monitores ambientais para atuação nas Unidades de Conservação (UC) municipais, de forma articulada com programas de geração de renda nos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, quando estes estiverem instituídos.
Estabelecer parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Educação (SME) para desenvolver atividades pedagógicas sobre os geossítios.	Estabelecer legalmente parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Educação (SME) para desenvolver atividades pedagógicas sobre os geossítios.
Criar Programa de Voluntariado para as Unidades de Conservação, sem prejuízo das ações que demandam competência técnica de responsabilidade do órgão público.	Criar Programa de Voluntariado para as Unidades de Conservação, sem prejuízo das ações que demandam competência técnica de responsabilidade do órgão público e do quadro de funcionários necessário a cada UC.

Objetivo Aprimorar a governança e gestão das Áreas Protegidas	
Diretriz Aprimorar o processo participativo dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Criar mecanismos de monitoramento da participação do poder público e representantes da sociedade civil nos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação.	Elaborar e divulgar anualmente, nas páginas virtuais da PMSP, relatório das atividades dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, contendo, no mínimo, número de reuniões realizadas e respectivas datas, pautas, deliberações, número de representantes do poder público e de conselheiros.
Promover a integração permanente dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação com outros colegiados.	Promover a integração permanente dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação com outros colegiados e com os Núcleos Regionais de Planejamento das subprefeituras.
Objetivo Aprimorar a governança e gestão das Áreas Protegidas	
Diretriz Fomentar a criação de instrumentos de governança e gestão das Áreas Protegidas	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Definir e estabelecer legalmente fluxos e procedimentos específicos de gestão compartilhada de Unidades de Conservação, que garantam a participação do poder público, das comunidades locais e do setor privado.	Definir e estabelecer legalmente fluxos e procedimentos específicos para os casos de gestão compartilhada de Unidades de Conservação, que garantam a participação do poder público, das comunidades locais e do setor privado.
Objetivo Aprimorar a governança e gestão das Áreas Protegidas	
Diretriz Fortalecer a conservação, proteção e recuperação das Áreas Protegidas	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Mapear e restaurar as Áreas de Preservação Permanente (APP) aptas a terem sua vegetação ciliar restaurada considerando aspectos técnicos, sociais e ambientais.	Mapear e restaurar as Áreas de Preservação Permanente (APP) aptas a terem sua vegetação restaurada, considerando aspectos técnicos, sociais e ambientais e as características específicas da zona urbana e da zona rural.
Objetivo Aprimorar a governança e gestão das Áreas Protegidas	
Diretriz Aprimorar o sistema de informações das Áreas Protegidas	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Criar programa de monitoramento permanente da cobertura vegetal nas Áreas Protegidas.	Criar programa de monitoramento permanente da cobertura vegetal nas Áreas Protegidas, prevendo sua ampla divulgação pública.

Objetivo Maximizar os serviços ecossistêmicos das Áreas Protegidas	
Diretriz Proteger as áreas prioritárias de provisão de serviços ecossistêmicos das Áreas Protegidas, priorizando os remanescentes de mata atlântica mapeados pelo Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA-São Paulo) e de outros mapeamentos de vegetação	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
<p>Criar dispositivo legal exigindo que os remanescentes e os corredores de mata atlântica mapeados pelo PMMA-São Paulo e futuras atualizações sejam considerados na análise dos pedidos de manejo da vegetação de forma a evitar a supressão desses remanescentes em área prioritária para conservação.</p>	<p>Criar dispositivo legal exigindo que os remanescentes e os corredores de mata atlântica, definidos como áreas prioritárias, mapeados pelo PMMA-São Paulo e futuras atualizações, sejam considerados na análise dos pedidos de manejo da vegetação de forma a evitar a sua supressão e minimizar impactos adversos à fauna silvestre.</p>
Objetivo Maximizar os serviços ecossistêmicos das Áreas Protegidas	
Diretriz Promover o tombamento e implantação de áreas de interesse de proteção paisagística e do patrimônio cultural	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
<p>Elaborar estudo para a criação de parques temáticos nos geossítios, conforme as características geológicas, biológicas, históricas e culturais do local.</p>	<p>Elaborar estudo para criação de parques nos geossítios, de modo a fomentar a geoconservação e a difusão de informações relativas aos aspectos geológicos, biológicos, históricos e culturais desses locais.</p>

Diretriz revisada
Objetivo Minimizar os impactos da urbanização sobre as Áreas Protegidas
Diretriz Fomentar o uso das Áreas Protegidas como espaços de lazer, recreação, educação ambiental e ciência cidadã
Fomentar o uso das Áreas Protegidas como espaços de promoção da saúde, de lazer, recreação, educação ambiental e ciência cidadã
Ação excluída
Objetivo Aprimorar a governança e gestão das Áreas Protegidas
Diretriz Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros para gestão das Áreas Protegidas
Criar dotação específica para gestão dos parques municipais tombados.

2. Eixo Áreas Verdes

O Eixo Áreas Verdes compreende o conjunto de áreas intraurbanas, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade. Têm-se como referência as seguintes tipologias de áreas verdes: parques urbanos e lineares, praças, áreas verdes de logradouros públicos, do sistema viário, áreas verdes de instituições e serviços públicos e privados de educação, saúde, cultura, lazer, abastecimento, saneamento, transporte, comunicação e segurança, áreas verdes originárias de parcelamento do solo, cemitérios públicos e privados, clubes de campo, sítios, chácaras e propriedades agrícolas.

Levantamento atualizado² indica que a SVMA faz a gestão de 108 dos 113 parques municipais, que ocupam uma área de 31,841 Km², o que representa 2% da área total do município. Soma-se a esse conjunto um parque de titularidade e gestão do município, localizado em Cotia.

Verifica-se uma desigualdade na distribuição de parques pelo território do município. Alguns distritos não dispõem de nenhum parque e a qualidade da acessibilidade, do atendimento às demandas ambientais e sociais estão muito distantes do equilíbrio. Na região leste, -nove dos seus 33 distritos não possuem nenhum parque; na região centro, os parques estão concentrados em três dos seus oito distritos. Na região oeste, -dois dos seus 15 distritos não têm parques; na região sul, três dos seus 22 distritos não têm parques e na região norte, sete dos seus 18 distritos também não contam com parques. Em resumo, em 27 distritos não existem parques, o que representa -26% dos 96 distritos do município³.

Estima-se que o município tenha 3.465 praças, distribuídas nas 32 Subprefeituras. As subprefeituras Sé e Butantã registram o maior percentual de praças/largos em relação à área total de seus territórios, cerca de 2%. Os piores percentuais de área ocupada por praças são registrados para as subprefeituras Perus e Guaianases, com 0,13% e 0,15%, respectivamente.

Além dos parques e praças, o MSP possui áreas verdes públicas originárias de parcelamento do solo ou de desapropriações para implantação de melhorias viárias e de transportes, que podem ser consideradas como integrantes do sistema de mobilidade e outras, nas quais não é possível implantar um parque ou uma praça, mas que desempenham papel preponderante para oferta de serviços ecossistêmicos, pela localização em áreas de alta declividade, de fragilidade geotécnica, algumas delas com presença de cobertura vegetal que isoladamente ou em conjunto propiciam o controle de áreas de risco.

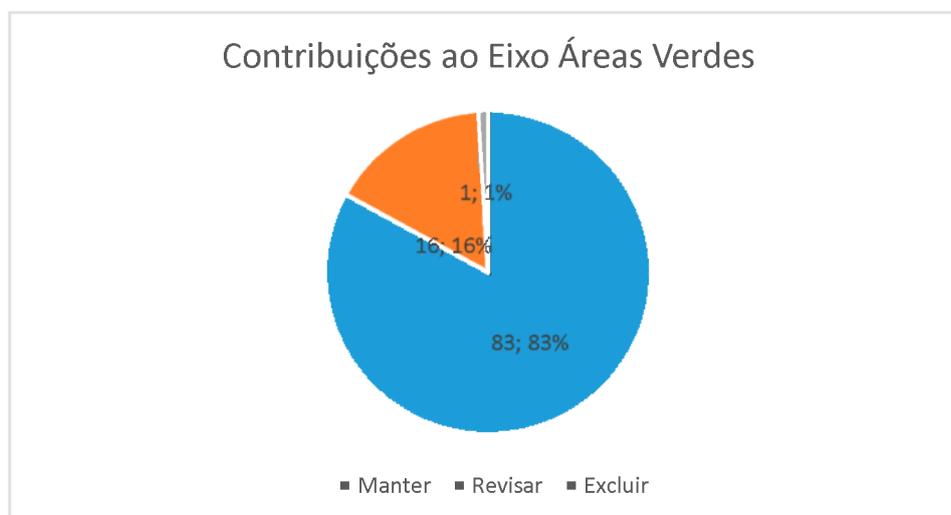
Para o Eixo Áreas Verdes, o Planpavel definiu cinco objetivos específicos (i) aumentar a cobertura vegetal das áreas públicas e particulares, (ii) reduzir a perda de cobertura vegetal nas áreas públicas e particulares, (iii) ampliar e requalificar as áreas verdes públicas prioritariamente nos territórios densamente ocupados, carentes de cobertura vegetal e de áreas públicas de lazer, (iv) maximizar os serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas verdes públicas e particulares e (v) aprimorar a governança e gestão das áreas verdes. Esses objetivos fundamentam 21 diretrizes e 110 ações que deverão ser implementadas ao longo dos próximos dez anos por diversos órgãos da administração municipal.

Contribuições e propostas recebidas

² Levantamento dos parques existentes no Município de São Paulo atualizado em Outubro/2020, pela Divisão de Informações Ambientais da SVMA.

³ Regiões, Subprefeituras e Distritos do Município de São Paulo disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/mapas/3_regioes_prefeituras_regionais_e_distrito_2017_10894.pdf

As ações propostas para o Eixo Áreas Verdes receberam 898 contribuições, das quais 83% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 16% indicando a necessidade de revisar o texto e 1% solicitando a exclusão da ação. Note-se que das 110 ações propostas, apenas nove tiveram indicação de exclusão.



Para as ações referidas à implantação de cobertura vegetal as contribuições foram no sentido de não se restringir à arborização, contemplando outras formas de plantio como telhados verdes, jardins verticais, jardins de chuva e cercas-vivas. Foram registradas propostas indicando a necessidade de estabelecer metas de investimento e garantir legalmente recursos para a implantação de novos parques. Algumas propostas fizeram referência a ciclovias e faixa exclusiva de ônibus. A intensificação da fiscalização e a necessidade de proceder a avaliação dos impactos diretos e indiretos de empreendimentos em áreas com remanescentes foram registradas como questões a serem consideradas na revisão de algumas ações relativas à implantação de cobertura vegetal.

Assim como se verificou nas contribuições relativas ao Eixo Áreas Protegidas, para as ações do Eixo Áreas Verdes foram registradas várias contribuições no sentido de fortalecer e ampliar aos mecanismos de participação pública, envolvendo usuários de Equipamentos Públicos Sociais de educação, saúde, cultura, esportes, assistência social, entre outros, em projetos de implantação de cobertura vegetal e participação dos conselhos gestores na elaboração dos planos de gestão e manejo de parques e praças. Várias propostas também ressaltaram a necessidade de se considerar a participação dos CADES's regionais nos programas implantação de cobertura vegetal.

Algumas contribuições registraram a necessidade de o Planpavel contemplar projeto de permeabilização das calçadas, jardim de chuva nas rotatórias e ilhas viárias.

Foram registradas várias propostas referidas às ações que abordam APPs, cursos d'água e nascentes, como a necessidade de estabelecer como prioridade a implantação de parques lineares ao longo de cursos de água, priorizar a inovação de tratamento de esgotos e resíduos sólidos, incentivando sua descentralização, proibir qualquer ocupação para uso habitacional ou qualquer outro uso nessas áreas, além da concessão de incentivos tributários para preservação dessas áreas. A preocupação com a preservação e recuperação dos recursos hídricos foi bastante enfatizada nas contribuições registradas, sobretudo quanto à recuperação de nascentes, inclusive com propostas de revisão das ações afeitas a essa temática de modo a garantir recursos orçamentários para recuperação e destamponamento de córregos.

As ações referidas às hortas urbanas, para as quais havia uma diretriz específica, receberam várias contribuições, reafirmando a importância de que se mantenha um cadastro de hortas, com amplo acesso público, a importância de fomentar a criação de hortas, de estabelecer parcerias para

capacitação técnica em agroecologia e permacultura, envolvendo universidades, coletivos e organizações da sociedade civil.

Foram registradas propostas enfatizando a importância das hortas urbanas nos programas de segurança alimentar e de geração de renda, e também como espaços educativos e instrumento de educação ambiental para crianças e jovens, como as hortas pedagógicas implantadas em unidades escolares, demandando acompanhamento técnico específico.

Foram apresentadas propostas para regulamentação do IPTU verde, no sentido de priorizar os imóveis que prestam algum tipo de serviço ambiental. Questões como controle dos resíduos da construção civil, ampliação da reciclagem também foram registradas.

Várias propostas foram apresentadas no sentido de garantir a plena divulgação dos resultados de ações fiscalizatórias relativas à supressão ilegal de cobertura vegetal, contemplando dados sobre número de infrações registradas, a área de cobertura vegetal e DAP das espécies suprimidas ilegalmente, catalogação de indivíduos arbóreo e monitoramento por satélite. Foi dado destaque à importância de mencionar nas ações a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade De São Paulo. A questão da conectividade entre áreas verdes foi destacada em muitas propostas apresentadas.

Para as ações referentes à implantação de novos parques, foram registradas manifestações no sentido de adotar cuidados específicos para áreas de aterros de resíduos encerrados, que sejam destinadas à requalificação ou implantação de novos parques, realizar levantamento socioambiental e cultural da comunidade local e do entorno.

Para as ações referentes à implantação de praças ou requalificação de praças existentes foram registradas propostas no sentido de promover projetos junto às escolas, fomentando a educação ambiental e a consolidação de territórios educativos.

A importância de adotar Soluções Baseadas na Natureza foi um aspecto reiterado nas contribuições apresentadas assim como a necessidade de promover uma capacitação continuada do corpo técnico.

Foram registradas propostas enfatizando a divulgação de informações sobre parques, praças e demais áreas verdes públicas, disponibilizando mapas interativos e colaborativos como ferramenta de comunicação com o público frequentador, além de informações sobre a infraestrutura e equipamentos de cada parque, endereço, informações sobre conselhos gestores, entre outras.

Devolutiva

As ações do Eixo Áreas Verdes foram definidas visando alcançar os objetivos de reduzir a perda e aumentar a cobertura vegetal das áreas públicas e particulares, ampliar e requalificar as áreas verdes públicas prioritariamente nos territórios densamente ocupados, carentes de cobertura vegetal e de áreas públicas de lazer, maximizar os serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas verdes e aprimorar sua governança e gestão.

Com base nas contribuições e sugestões apresentadas foram feitas as seguintes alterações:

- 26 ações revisadas
- 1 nova ação criada
- 1 ação excluída

A exclusão da ação foi acatada por ter seu objeto pertinente ao Eixo Áreas Protegidas. Para as demais ações com sugestão de exclusão, a maioria das contribuições optou por mantê-las, e algumas por revisá-las, ficando claro que não havia necessidade de exclusão, mas sim de revisão.

Nessa revisão, foram consideradas as sugestões de nova redação, inclusão ou ampliação de conteúdo da ação. Note-se que algumas dessas propostas abordaram temáticas que foram contempladas no Eixo Espaços Livres, como requalificação e permeabilidade de calçadas, ciclovias, asfalto permeável. Propostas ou sugestões muito genéricas, ou que extrapolavam o conteúdo da ação avaliada, não puderam ser consideradas na revisão.

As propostas relativas à ampliação da participação pública, divulgação de informação e de procedimentos de gestão foram enfatizadas nas respectivas ações, com a revisão da redação. A participação dos CADES's regionais foi contemplada nas ações relativas à governança e gestão das áreas verdes.

As contribuições relativas a aspectos específicos sobre planos e programas, instituídos ou a serem formulados, não são pertinentes às ações do Planpavel, mas ao detalhamento desses planos e programas, assim como critérios de priorização, localização, indicadores de desempenho.

As ações relativas à implantação de cobertura vegetal, trataram dessa questão de forma ampla, ou seja, não restringindo apenas à arborização. Assim, outras formas de cobertura vegetal foram consideradas e são contempladas pelo Planpavel, sobretudo porque têm uma importância destacada para promover a conectividade entre áreas verdes. Houve um cuidado em não abordar dois temas distintos em uma mesma ação, assim o conjunto de ações voltadas à ampliação da cobertura vegetal, não abordou avaliação de impactos decorrentes da supressão ou questões afeitas à fiscalização, tendo sido definidas ações específicas abordando essas temáticas.

É importante salientar que temas específicos referentes à arborização não são objeto do Planpavel, tendo sido contempladas no Plano Municipal de Arborização Urbana-PMAU. Da mesma forma, propostas relativas à localização, distribuição e escolha de espécies para ampliação da cobertura vegetal são questões que devem ser consideradas no momento de detalhamento dos projetos.

Algumas ações relativas às APP's foram revisadas de modo a deixar mais explícita a perspectiva de preservação dessas áreas. Para as propostas que demandaram ações de inovação e descentralização de tratamento de esgoto, vale lembrar que é de responsabilidade da SABESP. Em relação às propostas que abordaram a destinação de recursos públicos, deve-se ressaltar que as ações o Planpavel não tem força legal para destinar recursos para o programa de recuperação de APP, mas as ações formuladas fazem recomendações de aplicação de recursos orçamentários, de fundos municipais para esse fim. Muitas áreas ao longo da rede hídrica estão ocupadas por habitação de interesse social, nos casos em que é possível fazer a realocação das famílias para viabilizar a implantação de parques lineares, será necessário fazer articulação com a SEHAB, considerando os seus planos e projetos habitacionais de forma a garantir solução habitacional para aqueles que serão realocados.

As ações relativas às hortas urbanas procuram incorporar várias contribuições apresentadas, no sentido de tornar mais explícita a necessidade de criar e manter um cadastro, contemplando uma gama de informações relevantes, garantindo a publicidade com periodicidade definida. Em relação às hortas pedagógicas, registre-se que o Planpavel não tem alcance sobre os projetos pedagógicos das escolas, tampouco para criar cargos específicos nas Diretorias Regionais de Educação-DREs.

Temas como especificação de DAP de espécies suprimidas, TACs, licenciamento, exigência de acessibilidade nos parques são objeto de instrumentos legais específicos, considerados na formulação das ações do Planpavel. Da mesma forma, o Planpavel segue as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Estratégico e as normas da LPUOS, ao abordar temas como instalação de Equipamentos Públicos Sociais e infraestrutura (INFRA). As ações relativas a essas temáticas foram definidas seguindo esses preceitos.

Ações revisadas considerando as contribuições apresentadas na consulta pública

Eixo Áreas Verdes

Objetivo - Aumentar a cobertura vegetal das áreas públicas e particulares	
Diretriz - Adotar a conservação e a recuperação da cobertura vegetal como ações fundamentais na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Implantar cobertura vegetal nos Equipamentos Públicos Sociais de educação, saúde, cultura, esportes, assistência social, entre outros, conforme especificado nos projetos de novos equipamentos e nos projetos de reforma e ampliação de equipamentos existentes, respeitando as diretrizes do PlanClima, do PMAU e as fisionomias vegetais mapeadas PMMA-São Paulo e futuras atualizações.	Implantar cobertura vegetal nos Equipamentos Públicos Sociais de educação, saúde, cultura, esportes, assistência social, entre outros, de forma participativa, conforme especificado nos projetos de novos equipamentos e nos projetos de reforma e ampliação de equipamentos existentes, respeitando as diretrizes do PlanClima, do PMAU e as fisionomias vegetais mapeadas PMMA-São Paulo e futuras atualizações.
Diretriz - Conservar e recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP) de cursos d'água e nascentes	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Definir e estabelecer legalmente parâmetros ambientais para disciplinar a ocupação das APPs de cursos d'água e nascentes de titularidade pública, de modo a preservar e ampliar a cobertura vegetal e assegurar o regime de escoamento pluvial.	Definir e estabelecer legalmente parâmetros ambientais para preservar e ampliar a cobertura vegetal e assegurar o regime de escoamento pluvial das APPs de cursos d'água e nascentes de titularidade pública.
Diretriz - Ampliar a oferta de hortas urbanas em áreas públicas de forma articulada com programas pedagógicos nas unidades escolares, programas de segurança alimentar, de agroecologia e geração de renda	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Criar cadastro das hortas urbanas, contemplando no mínimo, a localização, a área (m ²), a titularidade do imóvel, anualmente atualizado.	Criar cadastro das hortas urbanas, anualmente atualizado, contemplando a localização, a área (m ²), a titularidade do imóvel e demais informações pertinentes como a presença de nascentes ou cursos d' água, áreas para compostagem.
Promover a formação e capacitação técnica e prática em agroecologia e permacultura para consolidação das hortas urbanas.	Promover a formação e capacitação técnica e prática em agroecologia e permacultura para consolidação das hortas urbanas, constituindo parcerias entre a SVMA, subprefeituras, universidades, coletivos e organizações da sociedade civil.
Realizar o acompanhamento técnico, pelo órgão ambiental municipal, na execução das hortas pedagógicas nas Unidades Escolares (UE) como instrumento de educação ambiental, em consonância com o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.	Realizar o acompanhamento técnico, pelo órgão ambiental municipal, na execução das hortas pedagógicas nas Unidades Escolares (UE) como instrumento de educação ambiental, em consonância com o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-PLAMSAN e o Plano Municipal de Educação.
Definir e estabelecer legalmente critérios para implantação de hortas comunitárias em áreas públicas, contemplando aspectos relacionados à segurança da saúde das pessoas que deverão manusear as hortas e a viabilidade em produzir alimentos livres de contaminantes.	Definir e estabelecer legalmente critérios para implantação de hortas comunitárias em áreas públicas, contemplando aspectos relacionados à segurança da saúde das pessoas que deverão manusear as hortas e a viabilidade em produzir alimentos livres de contaminantes, em consonância com o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-PLAMSAN.
Realizar estudo de análise de risco da instalação de hortas comunitárias na faixa de servidão das linhas de transmissão de alta tensão elétrica.	Realizar estudo de análise de risco da instalação de hortas comunitárias na faixa de servidão das linhas de transmissão de alta tensão elétrica e áreas suspeitas de contaminação do solo, cadastradas pelos órgãos ambientais estadual e municipal.

Diretriz - Estimular a implantação, ampliação e manutenção de cobertura vegetal em imóveis de propriedade particular, com prioridade para aqueles que se localizam nos distritos com ocorrência de alta temperatura superficial e com alta vulnerabilidade ao risco climático	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Regulamentar o IPTU Verde.	Regulamentar o IPTU Verde em consonância com as diretrizes do PlanClima, PMAU, PMMA-São Paulo e PMSA visando incentivar a manutenção e ampliação da cobertura vegetal.
Objetivo - Reduzir a perda de cobertura vegetal nas áreas públicas e particulares	
Diretriz - Fomentar a implantação de instrumentos de controle da perda de cobertura vegetal.	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Definir e estabelecer legalmente os indicadores de avaliação dos resultados da OIDA, contemplando no mínimo o número de infrações ambientais registradas, a área de cobertura vegetal suprimida ilegalmente (m ²) e a perda de cobertura vegetal evitada (m ²).	Definir e estabelecer legalmente os indicadores de avaliação dos resultados da Operação Integrada Defesa das Águas-OIDA, contemplando no mínimo o número de infrações ambientais registradas, a área de cobertura vegetal suprimida ilegalmente (m ²) e a perda de cobertura vegetal evitada (m ²).
Objetivo - Ampliar e requalificar as áreas verdes públicas prioritariamente nos territórios densamente ocupados, carentes de cobertura vegetal e de áreas públicas de lazer	
Diretriz - Priorizar a implantação de novos parques e a requalificação de parques existentes, nos distritos com alta densidade populacional, alto índice de vulnerabilidade social, carentes de espaços públicos de lazer e com alta vulnerabilidade ao risco climático	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Definir as áreas verdes públicas prioritárias para implantação de novos parques, de forma articulada com os planos e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana e a preservação do patrimônio cultural, considerando as diretrizes e ações do PlanClima, do PMAU e do PMMA-São Paulo, os indicadores demográficos e socioambientais, e as demandas formuladas pela sociedade civil organizada, como fóruns, coletivos e outros movimentos sociais.	Definir as áreas verdes públicas prioritárias para implantação de novos parques, de forma articulada com os planos e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana, considerando as diretrizes e ações do PlanClima, do PMAU e do PMMA-São Paulo, os indicadores demográficos e socioambientais, e as demandas formuladas pela sociedade civil organizada, como fóruns, coletivos e outros movimentos sociais e pelos CADES regionais.
Definir áreas prioritárias para implantação de parques lineares ao longo da rede hídrica, incluindo as áreas alagáveis com viabilidade de serem incorporadas ao parque, de forma articulada com os planos e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana, de modo a preservar e ampliar a função natural da várzea.	Definir áreas prioritárias para implantação de parques lineares ao longo da rede hídrica, incluindo as áreas alagáveis com viabilidade de serem incorporadas ao parque, de forma articulada com os planos e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana, de modo a preservar e ampliar a função natural da várzea, considerando as diretrizes e ações do PlanClima, do PMAU e do PMMA-São Paulo.

Diretriz - Priorizar a implantação e requalificação de praças nos distritos com alta densidade populacional, alto índice de vulnerabilidade social, carentes de espaços públicos de lazer e com alta vulnerabilidade ao risco climático	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Definir as áreas verdes públicas prioritárias para implantação de novas praças, de forma articulada com os planos e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana, considerando as diretrizes e ações do PlanClima, do PMAU e do PMMA-São Paulo, os indicadores demográficos e socioambientais, e as demandas formuladas pela sociedade civil organizada, como fóruns, coletivos e outros movimentos sociais.	Definir as áreas verdes públicas prioritárias para implantação de novas praças, de forma articulada com os planos e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana, considerando as diretrizes e ações do PlanClima, do PMAU e do PMMA-São Paulo, os indicadores demográficos e socioambientais, e as demandas formuladas pela sociedade civil organizada, como fóruns, coletivos e outros movimentos sociais e pelos CADES regionais.
Objetivo - Maximizar os serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas verdes públicas e particulares	
Diretriz - Estimular a restauração ecológica para conservação da biodiversidade	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Promover cursos de capacitação para restauração ecológica em áreas verdes públicas.	Promover cursos de capacitação para restauração ecológica em áreas verdes públicas para gestores de parques, técnicos e público em geral interessado no tema.
Diretriz - Incrementar a conexão entre áreas verdes	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Elaborar estudo para delimitar os corredores de conexão de áreas verdes, priorizando a substituição de espécies exóticas por nativas.	Elaborar estudo para delimitar os corredores de conexão de áreas verdes, considerando parques lineares, várzeas, áreas verdes de canteiros centrais e outras áreas verdes existentes, tendo em conta seu potencial de prover serviços ecossistêmicos e proteção da biodiversidade.
Promover conexões entre áreas verdes do MSP e municípios da RMSP, por meio da conservação e recuperação da cobertura vegetal, com base em estudo específico e em consonância com o PlanClima, PMAU, PMMA-São Paulo e PMSA, priorizando a substituição de espécies exóticas por nativas.	Promover conexões entre áreas verdes do MSP, municípios integrantes da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, por meio da conservação e recuperação da cobertura vegetal, com base em estudo específico e em consonância com o PlanClima, PMAU, PMMA-São Paulo e PMSA, priorizando a substituição de espécies exóticas por nativas.
Diretriz - Estimular a conservação e recuperação da cobertura vegetal em áreas públicas e particulares, de modo a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Aplicar o IPTU Verde nos imóveis urbanos, em consonância com o PlanClima, PMAU, PMMA-São Paulo e PMSA.	Aplicar o IPTU Verde nos imóveis urbanos, em consonância com as diretrizes do PlanClima, PMAU, PMMA-São Paulo e PMSA.

Objetivo - Aprimorar a governança e gestão das áreas verdes	
Diretriz - Promover a gestão integrada da cobertura vegetal e das áreas verdes, adotando uma abordagem sistêmica, baseada em processos decisórios participativos, com interação entre agentes das diversas esferas do poder público e da sociedade civil	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
<p>Criar câmara técnica no âmbito do Comitê do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres para tratar do planejamento e gestão da cobertura vegetal e das áreas verdes públicas com a participação da sociedade civil.</p>	<p>Criar câmara técnica no âmbito do Comitê do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres para tratar do planejamento e gestão da cobertura vegetal e das áreas verdes públicas com a participação de representantes da sociedade civil.</p>
<p>Elaborar planos, programas e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana considerando a viabilidade de adotar Soluções Baseadas na Natureza.</p>	<p>Elaborar de forma integrada os planos, programas e projetos setoriais de habitação, de mobilidade urbana, de melhoramentos viários e de drenagem urbana, considerando a viabilidade de adotar Soluções Baseadas na Natureza.</p>
<p>Mapear as propostas de criação de novos parques e de iniciativas de recuperação de áreas verdes públicas provenientes da sociedade civil organizada, como fóruns, coletivos e outros movimentos sociais.</p>	<p>Mapear as propostas de criação de novos parques e de iniciativas de recuperação e conservação da biodiversidade de áreas verdes públicas, provenientes da sociedade civil organizada, como fóruns, coletivos e outros movimentos sociais.</p>
<p>Definir e estabelecer legalmente critérios para implantação de Ecopontos em áreas verdes públicas considerando o impacto sobre a fauna silvestre, vedando sua instalação em parques municipais, em áreas de risco de inundação e outros tipos de risco.</p>	<p>Definir e estabelecer legalmente critérios para implantação de Ecopontos em áreas municipais, considerando o impacto sobre a fauna silvestre, vedando sua instalação em parques municipais, em áreas de risco de inundação e outros tipos de risco.</p>
<p>Definir e estabelecer legalmente critérios de cessão de uso de áreas verdes públicas para implantação de equipamento público social de forma a assegurar que estes não sejam instalados em áreas sujeitas à inundação ou a outros tipos de riscos.</p>	<p>Definir e estabelecer legalmente critérios de cessão de uso de áreas verdes públicas para implantação de equipamento público social de forma a assegurar que estes não sejam instalados em áreas sujeitas à inundação ou a outros tipos de riscos, sem prejuízo da conectividade com outras áreas verdes.</p>
<p>Realizar a regularização ambiental dos cemitérios existentes que não possuem licença ambiental, preservando a cobertura vegetal e potencializando a conexão de áreas verdes.</p>	<p>Realizar a regularização ambiental dos cemitérios existentes que não possuem licença ambiental, preservando a cobertura vegetal e potencializando a conectividade e os corredores de áreas verdes, delimitados em estudo específico.</p>
Diretriz - Considerar as peculiaridades de governança e gestão na definição das categorias e na constituição legal dos parques municipais	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
<p>Legalizar os parques existentes que não possuem dispositivo legal de criação.</p>	<p>Promover por meio de instrumento legal específico o reconhecimento dos parques existentes, que ainda não possuem dispositivo legal de criação.</p>

Diretriz - Aprimorar a governança e gestão dos parques municipais	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Elaborar plano de gestão e plano de manejo para cada parque municipal, considerando as diretrizes do PlanClima, PMAU, PMMA-São Paulo e PMSA, indicadores e índices de qualidade e resultados de pesquisas com frequentadores, administradores e membros dos conselhos gestores.	Elaborar plano de gestão e plano de manejo para cada parque municipal, de forma participativa junto aos conselhos gestores de parque, considerando as diretrizes do PlanClima, PMAU, PMMA-São Paulo e PMSA, indicadores e índices de qualidade e resultados de pesquisas com frequentadores, administradores e membros dos conselhos gestores.
Elaborar manual de técnicas agroecológicas, tecnologias limpas e sustentáveis, considerando inclusive o disposto no manual de permacultura, para orientar a formulação de Termos de Referência na contratação de serviços de gestão e manutenção de parques.	Elaborar manual de técnicas agroecológicas e de permacultura, tecnologias limpas e sustentáveis, considerando inclusive o disposto no guia de permacultura para os administradores de parques, para orientar a formulação de Termos de Referência na contratação de serviços de gestão e manutenção de parques.
Diretriz - Aprimorar a governança e gestão das praças	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Elaborar termos de referência para contratar serviços de gestão e manutenção de praças considerando o disposto no manual de técnicas agroecológicas, tecnologias limpas e sustentáveis, de forma a não causar danos na sobrevivência e estado fitossanitário das mudas arbóreas.	Elaborar termos de referência para contratar serviços de gestão e manutenção de praças considerando o disposto no manual de técnicas agroecológicas e de permacultura, tecnologias limpas e sustentáveis, de forma a não causar danos na sobrevivência e estado fitossanitário das mudas arbóreas.

Nova Ação
Objetivo - Aprimorar a governança e gestão das áreas verdes
Diretriz - Considerar as peculiaridades de governança e gestão na definição das categorias e na constituição legal dos parques municipais
Definir e estabelecer legalmente os critérios de gestão dos parques localizados em antigos aterros sanitários e áreas contaminadas que passaram por processo de remediação.
Ação excluída
Objetivo - Aumentar a cobertura vegetal das áreas públicas e particulares
Diretriz - Estimular a implantação, ampliação e manutenção de cobertura vegetal em imóveis de propriedade particular, com prioridade para aqueles que se localizam nos distritos com ocorrência de alta temperatura superficial e com alta vulnerabilidade ao risco climático
Criar programa de fomento às Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN, contemplando apoio técnico e científico ao monitoramento e incentivos tributários e financeiros.

3. Eixo Espaços Livres

O Eixo Espaços Livres contempla todo espaço não ocupado por edificação, independentemente do uso. A ausência de estruturas edificadas que configurem recintos ou ambientes cobertos e fechados é o elemento definidor dos espaços livres. Os espaços livres urbanos compreendem as áreas públicas e privadas e suas principais funções são recreativa, educativa, ecológica, estética, paisagística e de conforto ambiental, como a insolação, circulação do ar e temperatura.

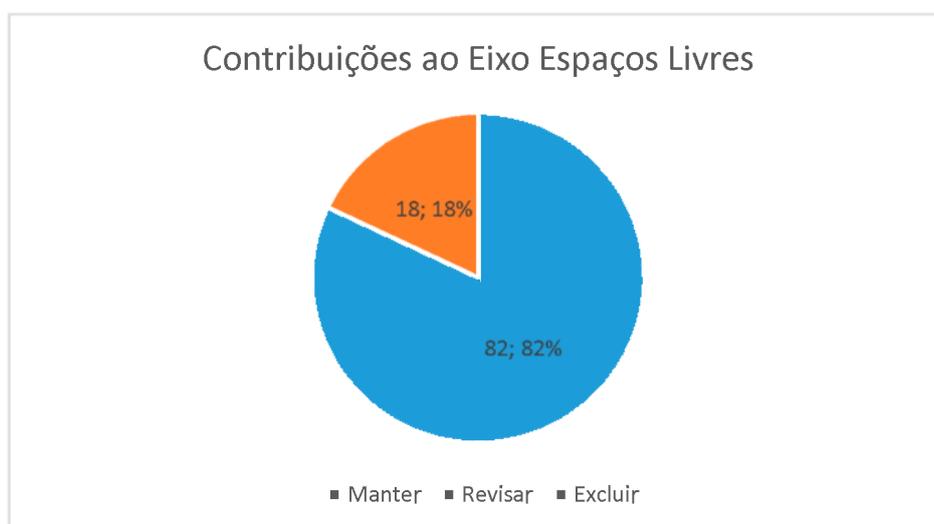
Os espaços livres frequentemente encontram-se associados às áreas verdes, mas não se restringem a elas, podendo ter outras configurações, tais como:

- espaços livres de logradouros públicos, incluindo praças, vias, vielas, ciclovias, escadarias
- espaços livres de instituições públicas e serviços públicos de educação, saúde, cultura, lazer, abastecimento, saneamento, transporte, comunicação e segurança
- espaços livres originários de parcelamento do solo
- espaços livres de propriedades privadas

Para o Eixo Espaços Livres, o Planpavel definiu cinco objetivos específicos (i) requalificar espaços livres públicos; (ii) assegurar a provisão e qualificação de espaços livres nos imóveis de propriedade particular; (iii) requalificar os cursos d'água; (iv) maximizar os serviços ecossistêmicos prestados pelos espaços livres públicos e particulares e (v) aprimorar a governança e gestão dos espaços livres públicos e particulares visando assegurar qualidade ambiental e urbanística. Esses objetivos fundamentam 7 diretrizes e 32 ações que deverão ser implementadas ao longo dos próximos dez anos por diversos órgãos da administração municipal.

Contribuições e propostas recebidas

As ações propostas para o Eixo Espaços Livres receberam 227 contribuições, das quais 82% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 18% indicando a necessidade de revisar o texto. Não houve proposta de exclusão de nenhuma ação.



Em relação às ações do Eixo Espaços Livres, foram registradas contribuições que enfatizaram a necessidade de medidas de requalificação de calçadas, vielas, escadarias, ciclovias. O termo requalificação foi abordado em uma perspectiva ampla, com indicações de medidas que promovam ou ampliem a permeabilidade (uso de pisos drenantes, asfalto permeável, por exemplo), incremento da varrição, medidas de segurança como sinalização viária, redução da velocidade, melhoria de travessias de pedestres.

Ainda em relação a medidas de requalificação foi enfatizada necessidade de implementar rotas seguras que liguem as áreas verdes e espaços livres a equipamentos públicos, como escolas, unidades de saúde, subprefeituras, com medidas de moderação de tráfego.

Foram registradas contribuições referidas a parques e praças, salientando o papel educativo desses espaços.

Em se tratando de espaços livres, registrou-se uma preocupação expressa nas propostas quanto à existência de imóveis e áreas abandonadas e a adoção de instrumentos previstos no Plano Diretor Estratégico para evitar ou reverter essas situações.

Outro tema recorrente entre as propostas registradas refere-se a medidas de aprimoramento de monitoramento das áreas livres públicas, seja em relação aos equipamentos utilizados, seja em relação à divulgação de dados e de resultados.

As contribuições expressaram uma significativa preocupação com a requalificação e preservação de corpos d'água e nascentes, tendo sido registradas propostas de adoção de soluções baseadas na natureza, estudos de bacia hidrográfica, propostas de tratamento de esgoto, de forma local e descentralizada.

Um número relevante de contribuições indicou a necessidade de ampliar as formas participativas no processo de elaboração e implementação de projetos, em particular com o envolvimento das escolas. A participação dos CADES's Regionais também bastante enfatizada. De modo geral, a demanda por ampliar e consolidar a participação de colegiados, grupos da sociedade civil, universidades na formulação de programas e projetos de requalificação dos espaços livres foi pontuada em um número significativo de contribuições apresentadas. A inserção nesses processos dos Núcleos Regionais de Planejamento, previstos no PDE, também foi registrada.

A articulação entre diferentes órgãos da administração pública municipal para a implementação de soluções baseadas na natureza foi uma questão destacada nas propostas registradas.

Devolutiva

As ações propostas no Eixo Espaços Livres visam requalificar os espaços livres públicos, garantir que as áreas livres nos imóveis particulares sejam qualificadas, também visam requalificar os cursos d'água e maximizar os serviços ecossistêmicos prestados por essas áreas e aprimorar sua gestão. Nesse eixo foram revisadas seis ações, considerando as sugestões e contribuições apresentadas. Não houve exclusão de ações.

Com base nas contribuições e sugestões apresentadas foram feitas as seguintes alterações:

- 6 ações revisadas
- nenhuma nova ação criada
- nenhuma ação excluída

Note-se que algumas questões presentes nas propostas e contribuições se referiam ao Eixo Áreas Verdes, como aquelas que abordaram os parques e praças. Foram registradas propostas de detalhamento de planos e programas existentes ou que ainda deverão ser formulados.

Foram incorporadas propostas e sugestões de ampliação de outras categorias de espaços livres a serem qualificados. De modo enfatizar a questão das medidas de segurança relacionadas ao tráfego no entorno de parques, praças, e no entorno de espaços livres que conectam diferentes equipamentos públicos, como escolas, unidades de saúde, subprefeituras, entre outros, foi considerado nos textos das ações pertinentes a essa temática o Plano Municipal de Segurança Viária (Decreto no. 58.717, 17/04/2019).

Uma observação importante refere-se às propostas que indicaram termos variantes para o já consagrado conceito de “educação ambiental”, como educação para sustentabilidade, educação para práticas sustentáveis, entre outras. Foi mantido o termo educação ambiental, que compreende os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Lei no. 15.967/2014, que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo). Essa lei está em consonância Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Ações revisadas considerando as contribuições apresentadas na consulta pública
Eixo Espaços Livres

Objetivo - Requalificar espaços livres públicos	
Diretriz - Priorizar a requalificação viária no entorno de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Realizar mapeamento das calçadas que necessitam de requalificação em relação à acessibilidade, à ampliação da largura e ao aumento de permeabilidade em um raio de 500 metros de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde, levando em consideração as rotas preferencias de deslocamento dos pedestres.	Realizar mapeamento das calçadas que necessitam de requalificação em relação à acessibilidade, à ampliação da largura e ao aumento de permeabilidade em um raio de 500 metros de parques, praças, escolas, equipamentos de saúde, entre outros, levando em consideração as rotas preferencias de deslocamento dos pedestres.
Requalificar, quando necessário, as calçadas em relação à acessibilidade, à ampliação da largura e ao aumento de permeabilidade em um raio de 500 metros de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde, levando em consideração as rotas preferencias de deslocamento dos pedestres.	Requalificar, quando necessário, as calçadas e travessias quanto à acessibilidade, à ampliação da largura e ao aumento de permeabilidade em um raio de 500 metros de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde, entre outros, levando em consideração as rotas preferencias de deslocamento dos pedestres.
Realizar levantamento das vias com viabilidade de receber medidas moderadoras de tráfego no entorno de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde, em consonância com as diretrizes do PlanMob.	Realizar levantamento das vias com viabilidade de receber medidas moderadoras de tráfego no entorno de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde, entre outros, em consonância com as diretrizes do PlanMob e do Plano Municipal de Segurança Viária.
Implantar medidas moderadoras de tráfego no entorno de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde, em consonância com as diretrizes do PlanMob.	Implantar medidas moderadoras de tráfego no entorno de parques, praças, escolas e equipamentos de saúde, entre outros, em consonância com as diretrizes do PlanMob e do Plano Municipal de Segurança Viária.
Implantar ciclovias e ciclofaixas no entorno dos parques municipais de modo a facilitar sua conexão com os equipamentos públicos sociais e outras áreas verdes integrantes do SAPAVEL, em consonância com as metas definidas pelo PlanMob.	Implantar ciclovias e ciclofaixas e/ou vias compartilhadas no entorno dos parques municipais de modo a facilitar sua conexão com os equipamentos públicos sociais e outras áreas verdes integrantes do SAPAVEL, em consonância com as metas definidas pelo PlanMob do Plano Municipal de Segurança Viária.
Objetivo - Aprimorar a governança e gestão dos espaços livres públicos e particulares visando assegurar qualidade ambiental e urbanística	
Diretriz - Promover a gestão integrada dos espaços livres públicos e particulares	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Realizar fóruns anuais de discussão reunindo órgãos públicos e colegiados (CADES, Conselhos Gestores de Parques e Unidades de Conservação, entre outros) para debater a integração do uso e ocupação dos espaços livres públicos.	Realizar fóruns anuais de discussão reunindo órgãos públicos e colegiados (CADES, Conselhos Gestores de Parques e Unidades de Conservação, Núcleos Regionais de Planejamento, entre outros) para debater a integração do uso e ocupação dos espaços livres públicos.

4. Eixos Transversais – Serviços Ecosistêmicos e Governança e Gestão

Os Eixos Transversais abordam questões fundamentais que perpassam os demais eixos temáticos do Planpavel, integrando e articulando as ações que deverão ser implementadas para estruturar e organizar e o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres do município. Foram estabelecidos dois eixos transversais, Serviços Ecosistêmicos e Governança e Gestão.

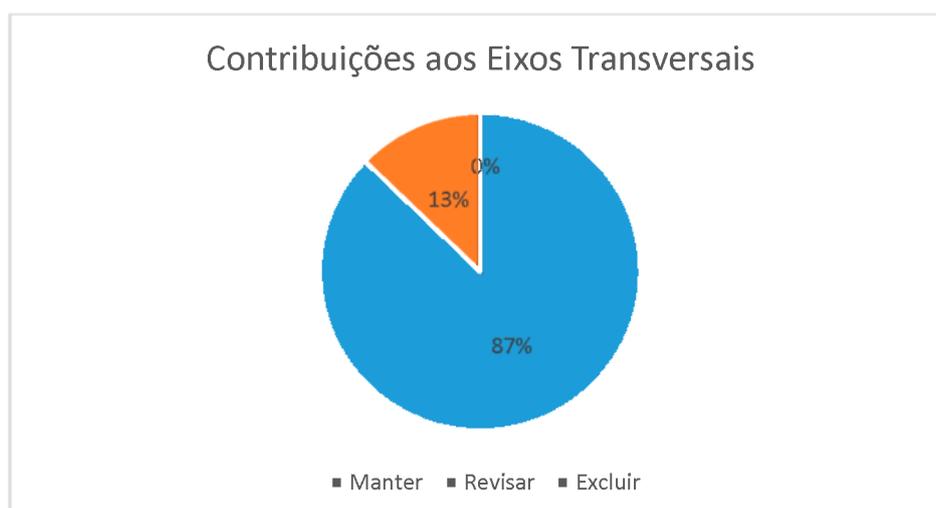
A formulação do Planpavel se orienta pelos princípios do Plano Diretor Estratégico, que reconhece no território do município áreas prestadoras de serviços ambientais e a necessidade de adotar ações para sua preservação e recuperação e, conseqüentemente, dos serviços por elas prestados. O reconhecimento e a implementação do conceito e da abordagem dos serviços ecosistêmicos prestados pelas áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres é fundamental para orientar os processos decisórios sobre o território, especialmente considerando que diferentes estratégias e decisões podem gerar diferentes impactos no território, assim como sobre a oferta e a demanda dos serviços ecosistêmicos a ele associados. Em um contexto em que as mudanças climáticas e a urbanização são fatores que exercem significativa pressão sobre os ecossistemas, quatro serviços ecosistêmicos são considerados estratégicos: (i) sequestro de carbono, (ii) regulação hídrica, (iii) regulação de temperatura (iv) biodiversidade.

O Eixo Governança e Gestão diz respeito aos mecanismos, estratégias, processos e procedimentos necessários para cumprir as ações priorizadas da melhor maneira possível, considerando os objetivos e os meios para atingi-los. As ações definidas nesse eixo estão relacionadas às questões de planejamento, execução, controle e gestão de recursos, além de formas de envolvimento e participação da sociedade civil na tomada de decisão e na implementação e monitoramento do plano.

Para os eixos transversais foram definidos os seguintes objetivos: (i) maximizar os serviços ecosistêmicos prestados pelo Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e (ii) aprimorar a governança e gestão do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres. Esses objetivos fundamentam 2 diretrizes e 14 ações.

Contribuições e propostas recebidas

As ações propostas para os Eixos Transversais receberam 117 contribuições, das quais 87,2% no sentido de manter o texto da ação conforme proposto na versão submetida à consulta pública, 12,8% indicando a necessidade de revisar o texto. Não houve proposta de exclusão de nenhuma ação.



Um número relevante de contribuições indicou a necessidade de ampliar as formas participativas no processo de avaliação dos resultados das ações propostas, bem como de criação de mecanismo consistentes de divulgação e comunicação com o público, sempre com base em informação qualificada.

As contribuições relativas à proposta de criação de um Comitê Gestor do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres enfatizaram a importância de que este seja um organismo paritário. Houve propostas no sentido de que seu funcionamento seja descentralizado e contemple os Núcleos Regionais de Planejamento.

Várias propostas expressaram a importância e necessidade de que a divulgação de informações, dados e resultados das ações implementadas seja feita com absoluta transparência.

As propostas também enfatizaram que o observatório a ser criado para acompanhamento da implementação do Planpavel conte com a participação de órgãos colegiados e da sociedade civil.

Devolutiva

As ações propostas para os Eixos Transversais visam maximizar os serviços ecossistêmicos prestados Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e aprimorar sua gestão e governança. Considerando as sugestões e contribuições apresentadas foram feitas as seguintes alterações:

- 2 ações revisadas
- nenhuma nova ação criada
- nenhuma ação excluída

Registre-se que não houve nenhuma proposta de exclusão de ação, tampouco de inclusão de nova ação.

Algumas contribuições e propostas claramente extrapolavam o objeto da ação em avaliação outras tratavam de detalhamento das ações, o que é pertinente para a fase de seu planejamento e execução.

Foram acatadas e incorporadas ao texto das ações as propostas de ampliação e aprimoramento da participação da sociedade civil na gestão dos componentes do Sistema de Áreas protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres. Da mesma forma, foram acolhidas e incorporadas as propostas que indicavam formas de assegurar a transparência na comunicação das ações do plano.

Ações revisadas considerando as contribuições apresentadas na consulta pública

Eixo Transversal: Governança e Gestão

Objetivo - Aprimorar a governança e gestão do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres	
Diretriz - Promover a gestão integrada do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres	
Ação submetida à consulta pública	Ação revisada
Criar Comitê Gestor do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) constituído por representantes da administração direta e indireta, da universidade e da sociedade civil para articular as demandas referentes ao planejamento, investimentos, gestão, informações e integração metropolitana considerando as peculiaridades de cada região.	Criar Comitê Gestor do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) constituído de forma paritária por representantes da administração direta e indireta, da universidade e da sociedade civil para articular as demandas referentes ao planejamento, investimentos, gestão, informações e integração metropolitana considerando as peculiaridades de cada região.
Criar observatório e estratégia de comunicação da implementação do PLANPAVEL com a participação de órgãos colegiados e da sociedade civil.	Criar observatório e estratégia de comunicação da implementação do PLANPAVEL com a participação de órgãos colegiados e da sociedade civil (CADES, Conselhos Gestores de Parques e Unidades de Conservação, entre outros), de modo a dar

transparência às ações realizadas e recursos investidos.

5. Mapa Colaborativo

Para o registro das propostas de criação, ampliação e requalificação de parques, praças e outros tipos de áreas verdes foi disponibilizado na consulta pública um mapa colaborativo por meio de plataforma da SVMA GeoAmbiental.

Como base para que os municípios pudessem fazer as suas propostas foram fornecidas informações referentes à delimitação dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a delimitação no MSP das vias e quadras, da hidrografia, da foto aérea ortorretificada de 2017, além da localização das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável estaduais e municipais e a localização dos parques estaduais e municipais existentes e respectivos raios de abrangência de um quilometro, considerando que seria desejável o acesso dos municípios a um parque, praça ou outra área verde de boa qualidade a uma distância máxima de um quilometro da residência ou local de trabalho. Os mapas da cobertura vegetal, da morfologia urbana, da temperatura superficial média das estações secas de 2015 a 2017, do percentual da população exposta à alta e muito alta vulnerabilidade social e mapa das terras indígenas, áreas de proteção ambiental (APA) e parques estaduais e municipais estiveram disponíveis para download, versão pdf, como material de apoio complementar.

Outras informações do território relevantes para o planejamento do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, referentes ao sistema de mobilidade, de infraestrutura, de equipamentos urbanos e sociais permaneceram disponíveis no portal Geosampa.

Propostas apresentadas no mapa colaborativo da Consulta Pública

No mapa colaborativo foram apresentadas 79 propostas, das quais 35 referentes à criação, ampliação e requalificação de parques, sendo que 16 destes estão previstos pelo PDE, 17 propostas referentes a praças e 27 propostas tratam de outras sugestões, como a criação de Área de Proteção Ambiental (APA), de corredores ecológicos, de conexão e requalificação de áreas verdes e canteiros centrais e criação de jardins de chuva.

A região Sul do MSP recebeu a maior quantidade de propostas, 33 delas; seguido da região Oeste, com 20 propostas e as regiões Norte e Leste receberam 26 propostas, sendo 13 para cada uma destas duas regiões.



Figura 1 – Distribuição espacial das propostas do mapa colaborativo

